

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 909.105 MATO GROSSO DO SUL

RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
RECTE.(S) : ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
RECDO.(A/S) : DEBORA CANDIDA ALFONSO
ADV.(A/S) : ADY FARIA DA SILVA

DECISÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. PENSÃO POR MORTE. FILHA MAIOR DE 21 ANOS. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. AGRAVO AO QUAL SE NEGA SEGUIMENTO.

Relatório

1. Agravo nos autos principais contra inadmissão de recurso extraordinário interposto com base nas als. *a*, *c* e *d* do inc. III do art. 102 da Constituição da República.

2. O Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul decidiu:

“Mandado de segurança – Corte abrupto de pensionamento de filha decorrente de morte de pai servidor público – Supressão baseada apenas no atingimento da idade de 21 anos – Particularidades fáticas atestando direito adquirido à benesse até 24 anos – aprovação em vestibular e necessidade dos valores para a manutenção digna da beneficiária – Ordem concedida.

O sistema de benefício é regido pela lei vigente à época do óbito do segurado, de forma que, falecido o pai da impetrante no ano de 2.000, a ela se aplica o atualmente revogado art. 6º, II, da Lei n. 2.207/00, prevendo a extensão da pensão até 24 anos de idade, para

ARE 909105 / MS

filhos de dependentes de frequentadores de curso superior (...)”.

3. Na decisão agravada, adotaram-se como fundamentos para a inadmissibilidade do recurso extraordinário a ausência de prequestionamento da matéria constitucional, de incidência da Súmula n. 280 do Supremo Tribunal Federal e de inexistência de julgamento de validade de lei local em face da Constituição da República.

4. O Agravante argumenta que, *“ao contrário do sustentado pelo Vice-Presidente, diante da oposição de embargos declaratórios e da negativa do Tribunal em esclarecer o julgado e de tratar expressamente dos dispositivos constitucionais aventados, a única conclusão possível de se chegar é a de que resta suprido o requisito do prequestionamento da tese constitucional”.*

Assevera que *“a Súmula n. 280 do STF não é compatível com a alegação com [base] no permissivo da al. c e d do inciso III do art. 102 da CF”.*

No recurso extraordinário, alega-se ter o Tribunal de origem contrariado os arts. 24, inc. XII, § 1º e 2º, 25, § 1º, 40, *caput* e § 12, e 195, § 5º, da Constituição da República.

Apreciada a matéria trazida na espécie, **DECIDO.**

5. No art. 544 do Código de Processo Civil, com as alterações da Lei n. 12.322/2010, estabeleceu-se que o agravo contra inadmissão de recurso extraordinário processa-se nos autos do recurso, ou seja, sem a necessidade da formação de instrumento.

Sendo este o caso, analisam-se os argumentos postos no agravo, de cuja decisão se terá, então, se for o caso, exame do recurso extraordinário.

6. Razão jurídica não assiste ao Agravante.

No julgamento do Recurso Extraordinário n. 610.220, Relatora a

ARE 909105 / MS

Ministra Ellen Gracie, este Supremo Tribunal concluiu inexistir repercussão geral na questão discutida neste processo:

“ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. DIREITO À PENSÃO PARA FILHA SOLTEIRA MAIOR DE 21 ANOS. LEI ESTADUAL 7.672/82 DO RIO GRANDE DO SUL. APLICAÇÃO DOS EFEITOS DA AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL TENDO EM VISTA TRATAR-SE DE DIVERGÊNCIA SOLUCIONÁVEL PELA APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO ESTADUAL. INEXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL” (DJe 4.6.2010).

Confirmam-se também os seguintes julgados:

“PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. PAGAMENTO ATÉ OS 24 ANOS DE IDADE. LEI ESTADUAL 2.207/2000 E LEI FEDERAL 9.250/95. OFENSA INDIRETA À CONSTITUIÇÃO FEDERAL. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVAS: IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 279 DO STF. 1. O acórdão recorrido dirimiu a controvérsia com base na legislação infraconstitucional aplicável à espécie. A ofensa à Constituição, se ocorresse, seria indireta. 2. O julgamento do recurso extraordinário demandaria o reexame do conjunto fático-probatório dos autos. Incide, na espécie, o óbice da Súmula STF 279. 3. Agravo regimental a que se nega provimento” (RE n. 569.673AgR, Relatora a Ministra Ellen Gracie, Segunda Turma, DJe 3.12.2010).

“Embargos declaratórios em recurso extraordinário. 2. Decisão monocrática. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental. 3. Direito Administrativo e Previdenciário. Pensão de servidor público. 4. Dependente. Maioridade e estudante de ensino superior. Benefício previdenciário assegurado com base em legislação local. Súmula 280. 5. Erro material. Ocorrência no relatório e na parte dispositiva. 6. Agravo regimental a que se dá parcial provimento para fins de correção de erro material” (RE n. 647.727-ED, Relatora a Ministro Gilmar Mendes, Segunda Turma, DJe 18.11.2014).

ARE 909105 / MS

7. O recurso extraordinário é incabível por ausência da circunstância legitimadora da interposição com base na al. *c* do inc. III do art. 102 da Constituição da República.

O Tribunal de origem não julgou válida lei ou ato de governo local contestado em face da Constituição da República. Incide na espécie a Súmula n. 284 do Supremo Tribunal Federal. Confira-se, por exemplo, o julgado a seguir:

“AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. PRÊMIO DE PRODUTIVIDADE. 1. IMPOSSIBILIDADE DA ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL LOCAL (SÚMULA 280). OFENSA CONSTITUCIONAL INDIRETA. 2. O TRIBUNAL A QUO NÃO JULGOU VÁLIDA LEI OU ATO DE GOVERNO LOCAL CONTESTADO EM FACE DA CONSTITUIÇÃO. INADMISSIBILIDADE DO RECURSO PELA ALÍNEA C DO ART. 102, INC. III, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA (SÚMULA 284 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL). AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO” (AI n. 763.681-AgR, de minha relatoria, Primeira Turma, DJe 13.11.2009).

8. Incabível o extraordinário pela al. *d* do inc. III do art. 102 da Constituição da República. A análise do recurso extraordinário interposto com base nessa norma dependeria de demonstração de conflito de competência legislativa entre entes da Federação, incabível quando há pretensão de revisão da interpretação conferida à norma infraconstitucional.

Nada há a prover quanto às alegações do Agravante.

9. Pelo exposto, **nego seguimento a este agravo** (art. 544, § 4º, inc. II, al. *a*, do Código de Processo Civil e art. 21, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal).

ARE 909105 / MS

Publique-se.

Brasília, 6 de outubro de 2015.

Ministra **CÁRMEN LÚCIA**
Relatora